



**XXII** Seminário Nacional de  
Bibliotecas Universitárias

28 de novembro a 01 de dezembro  
Florianópolis - SC

## Eixo 2 – Produtos e Serviços

### **Acessibilidade no contexto da biblioteca universitária da UFSC: serviços e métodos de trabalho**

*Accessibility in the context of UFSC university library: services and work methods*

**Juliane Fonseca Soares** – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
[soares.juliane@ufsc.br](mailto:soares.juliane@ufsc.br)

**Guilherme Goulart Righetto** – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
[guilherme.righetto@ufsc.br](mailto:guilherme.righetto@ufsc.br)

**Suélen Andrade** – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
[suelen.andrade@ufsc.br](mailto:suelen.andrade@ufsc.br)

**Resumo:** Compreender o termo acessibilidade é imperativo ao campo da Biblioteconomia para aplicar as políticas de inclusão em ações efetivas. Entretanto, as barreiras atitudinais, físicas e tecnológicas usualmente são negligenciadas, limitando e impossibilitando a participação de pessoas com deficiência. É nesse contexto que a Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina se destaca, oferecendo o serviço de Acessibilidade Informacional, buscando promover a inclusão e garantir a equidade para os membros da comunidade acadêmica. Metodologicamente, o artigo tem o objetivo de apresentar um relato de experiência que ilustra como esse serviço tem ressignificado e difundido novas práticas bibliotecárias no contexto da acessibilidade.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Modelo social da deficiência. Competências profissionais. Gestão de bibliotecas. Gestão da informação.

**Abstract:** Understanding the term accessibility is imperative for the Librarianship field to apply inclusion policies in effective actions. However, attitudinal, physical and technological barriers are usually neglected, limiting and preventing the participation of people with disabilities. It is in this context that the University Library of the Federal University of Santa Catarina stands out, offering the Information Accessibility service, seeking to promote inclusion and guarantee equity for members of the academic community. Methodologically, it is an experience report that illustrates how this



service has re-signified and disseminated new library practices in the context of accessibility.

**Keywords:** Accessibility. Social model of disability. Professional skills. Library management. Information management.

## 1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é uma necessidade basilar para o desenvolvimento pleno de estudantes, professores, pesquisadores e da sociedade em geral. No entanto, as barreiras atitudinais, físicas e tecnológicas usualmente são negligenciadas, limitando e até impossibilitando a participação de pessoas com deficiência<sup>1</sup>. É nesse contexto que a Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC) se destaca, oferecendo o serviço de Acessibilidade Informacional (AI) que busca promover a inclusão e garantir a equidade de oportunidades para todos os membros da comunidade acadêmica. Nesse contexto, o objetivo geral do artigo é compartilhar um relato de experiência que ilustra e justifica como esse serviço tem ressignificado e difundido novas práticas bibliotecárias no contexto da acessibilidade.

A acessibilidade pode ser concebida em diferentes dimensões: Arquitetônica (sem barreiras físicas), Comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas); Metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.) Instrumental (sem barreiras quanto aos instrumentos, ferramentas, utensílios etc.) Programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) Atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (Sasaki, 2009).

No campo de atuação das bibliotecas, torna-se imperativo discernir as distintas facetas do termo acessibilidade a fim de que seja possível aplicar as políticas de inclusão em ações efetivas. Com isso, entende-se o termo “acessibilidade informacional” como a “existência de meios facilitadores para o acesso a informações, seja em suporte digital ou físico” [...] (Andrade; Lucas; Nascimento, 2015, p. 8). Tais

---

<sup>1</sup> Optamos por usar o termo por extenso ao invés da sigla PcD, corroborando com a ideia de Ventura (2017): “[...] usar uma sigla para identificar a pessoa com deficiência é tão errado quanto chamar de 'mongolóide' que tem Síndrome de *Down* ou de 'aleijado' quem usa a cadeira de rodas. É inaceitável, resume a pessoa à sua deficiência e fortalece a visão estigmatizada, além de excluir e isolar. Se há um PCD, onde está a pessoa?”.

Disponível em: <http://tdspelaacessibilidade.blogspot.com/2017/10/parem-de-me-chamar-de-pcd.html>. Acesso em: 3 ago. 2023.

facilitadores constituem-se nas políticas de acesso e uso de informações de nível internacional, nacional e local, bem como, nas acepções aplicadas na elaboração e oferta de produtos e serviços de informação que incluam os usuários com deficiência.

A perspectiva teórica do Modelo Social da Deficiência<sup>2</sup> está na condução dos fluxos de trabalho, decisões de gestão, serviços ofertados e competências adquiridas ou a serem desenvolvidas na equipe do AI e da BU/UFSC. Opõe-se à concepção biomédica e à visão da falta, da ausência e da incapacidade. Concepções essas que remetem ao capacitismo e à segregação de pessoas do convívio autônomo em sociedade. O modelo compreende que a deficiência é uma condição inerente ao humano e que em algum momento do ciclo da vida será experienciado por todos. Nesse sentido, é uma condição dialética, a qual relaciona a lesão, característica orgânica do sujeito, com o contexto restrito e precarizado que não pretende contemplar a diversidade humana (Diniz, 2012).

As mudanças no cenário político nacional conduziram à ampliação do acesso e permanência de pessoas com deficiência no campo educacional, inclusive das Universidades. E de 2016 aos dias atuais observa-se também o aprimoramento dos serviços, produtos, métodos e instrumentos para promoção da acessibilidade no âmbito da BU/UFSC, especialmente os serviços de acessibilidade informacional.

---

<sup>2</sup> Cabe pontuar aqui que o Modelo Social da Deficiência possui duas gerações, conforme explana Diniz (2012): “A primeira geração de teóricos do modelo social assumiu duas metas como prioritárias. A primeira foi a de alargar a compreensão da deficiência como uma questão multidisciplinar e não exclusiva do discurso médico sobre a lesão. O esforço acadêmico foi por instituir centros de pesquisa e cursos sobre deficiência nas humanidades. O segundo objetivo foi o de promover uma leitura sociológica: a de que a experiência da opressão pela deficiência era resultado da ideologia capitalista. [...] A entrada de abordagens pós-modernas e de críticas feministas, nos anos 1990 e 2000, definiu a segunda geração de teóricos do modelo social. Mas em que a crítica feminista abalaria um modelo tão consistente? [...] Assim como as mulheres eram oprimidas por causa do sexo, os deficientes eram oprimidos por causa do corpo com lesões — essa era uma aproximação argumentativa que facilitava a tarefa de dessencializar a desigualdade. [...] O que a segunda geração de teóricas mostrou, porém, foi que considerar seriamente os papéis de gênero e a experiência do cuidado desestabilizaria algumas das premissas do modelo social. As teóricas feministas trouxeram à tona temas esquecidos na agenda de discussões do modelo social. Falaram do cuidado, da dor, da lesão, da dependência e da interdependência como temas centrais à vida do deficiente. Elas levantaram a bandeira da subjetividade do corpo lesado, discutiram o significado da transcendência do corpo por meio da experiência da dor, e assim forçaram uma discussão não apenas sobre a deficiência, mas sobre o que significava viver em um corpo doente ou lesado. Assim como os homens da primeira geração do modelo social, as teóricas feministas também tinham a autoridade da experiência do corpo com lesões — eram deficientes. Mas, diferentemente deles, havia algumas teóricas não-deficientes que reclamavam uma nova autoridade: de cuidadoras de deficientes.” (Diniz, 2012, p. 26-27).

## **2 METODOLOGIA**

O presente trabalho pode ser considerado, em vias metodológicas, como um relato de experiência. O relato em questão advém das experiências vividas pela equipe do AI na BU/UFSC, desde a sua criação, em 2006. Em vias conceituais, o relato de experiência é um procedimento amplamente utilizado em diversas áreas do conhecimento, permitindo que indivíduos compartilhem suas vivências e reflexões sobre determinado assunto. Por meio desse tipo de abordagem, é possível relatar experiências pessoais, profissionais ou acadêmicas, proporcionando uma visão contextualizada do objeto de estudo. (Minayo, 2015). Ainda para Minayo (2015), essa metodologia permite que os outros possam aprender com as experiências narradas, promovendo o compartilhamento de conhecimento e a construção coletiva de saberes.

## **3 O SERVIÇO DE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DA BU/UFSC**

O objetivo do Serviço de Acessibilidade Informacional da BU/UFSC é garantir a equidade no acesso à informação para os usuários, através da produção de um acervo digital acessível, orientação no uso de tecnologias assistivas (TAs) disponíveis para empréstimo através do sistema de gestão do acervo da BU/UFSC, desenvolvimento de projetos e apoio na área de acessibilidade informacional para a comunidade acadêmica.

Entendendo que a BU/UFSC concentra e difunde serviços informacionais para desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, viu-se a necessidade de sua atuação direcionada à inclusão das pessoas com deficiência. Em 2006, na Biblioteca Central, iniciou-se o projeto de criação e implementação do Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI)<sup>3</sup>. Compreendendo o AAI como um serviço de difusão especializada

---

<sup>3</sup> O Ministério da Educação (MEC) passou a exigir das Instituições de Ensino Superior a adequação ao processo de inclusão e acessibilidade após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promovida pela Organização das Nações Unidas em 2006, ratificada pelo Decreto n. 186/2008 (Brasil, 2008a), o Decreto n. 6949/2009 (Brasil, 2009) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (Brasil, 2008). Quando posto que a acessibilidade comunicacional e dos materiais pedagógicos deveriam ser efetivadas mediante a demanda pelos recursos, promovidos pelo Programa Incluir (Brasil, 2013) e pelo Ofício circular n. 152/2013 (Brasil, 2013), sendo os Núcleos de Acessibilidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estruturados pelo Decreto n. 7.611/2011 (Brasil, 2011). Nesse sentido, cabe às instituições a responsabilidade pela adequação e disponibilização de serviços e recursos em todas as atividades acadêmicas e administrativas (Brasil,

de informação, estava ligado ao Serviço de Referência da BU. Constituiu-se um “ambiente” de acessibilidade, espaço apartado dos espaços de estudo e empréstimo da biblioteca, com TAs, livros em Braille, mapas táteis, mobiliário adaptável e uma equipe dedicada ao atendimento das pessoas com deficiência.

Em 2016, com o Regimento da Biblioteca Universitária, estabelece-se a Divisão de Acessibilidade Informacional (AI), com o propósito de eliminar as barreiras informacionais e facilitar o acesso à informação para pessoas com deficiência, através da adaptação de materiais em formato digital acessível, disponibilizando-os via sistema de gestão do acervo, além dos demais serviços já prestados (UFSC, 2016). Com isso, subordina-se à Coordenação de Difusão da Informação (CDI) junto com as bibliotecas setoriais e ao Serviço de Competência em Informação e Suporte à Pesquisa.

No decorrer do trabalho nota-se que a promoção de serviços acessíveis da biblioteca esbarra em questões atitudinais, instrumentais, arquitetônicas e programáticas. E até certo momento entendia-se como responsabilidade do AI gerenciar todas essas dimensões e atividades. Para contrapor, em 2019, criou-se a CABU, Comissão Por uma BU Acessível (UFSC, 2019) e delimitou-se a atuação do AI aos serviços informacionais prestados pela BU/UFSC.

Apesar de ser regimentalmente denominado “divisão”, e seus servidores estarem lotados na Biblioteca Central, os processos, métodos, serviços, produtos e concepções acerca do AI são constantemente repensados. Com a ampliação do acesso à Universidade ocorre maior demanda pela acessibilidade. A mudança do regimento também permitiu compreender que é papel do AI orientar a oferta dos serviços de acessibilidade prestados pela BU/UFSC nas setoriais de Florianópolis e dos campi.

---

2013; Brasil, 2013; Cantorani, Pilatti, Helmann, Silva, 2020). Assim como nas demais federais organizaram-se os núcleos de acessibilidade. Atualmente, na UFSC, a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) está vinculada à Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE) atuando de forma descentralizada, articulada e participativa; com respeito a singularidade; promovendo uma cultura inclusiva; sendo a inclusão indissociável do desenvolvimento institucional; mediante ações conscientemente embasadas e informadas. O AAI é resultado do projeto institucional “A Universidade como espaço de estudos e pesquisa para todos: uma inclusão necessária submetido e aprovado pelo Programa Incluir” (UFSC, 2016, p. 72), atuando de maneira coordenada com o Comitê de Acessibilidade da UFSC desde 2010, atual CAE.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ScZhcZWdL5ZtqNQxkJ6KLrj/#>. Acesso em: 04 ago. 2023.

Disponível em:

[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99534/gestaobibliotecasuniversitarias\\_bu\\_ufsc.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99534/gestaobibliotecasuniversitarias_bu_ufsc.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 04 ago. 2023.

Atualmente, se compreende o AI como um serviço ofertado aos cursos de graduação, pós-graduação e extensão da UFSC sediados em quaisquer campi e ambientes das bibliotecas. Exemplo disso foi a reestruturação dos espaços de estudo, do acervo físico acessível e das TAs que deixaram de estar alocadas em um ambiente especializado para serem ofertados juntamente com os demais serviços da biblioteca.

Compreendendo que todos os espaços da Universidade devem promover a convivência de todos de maneira autônoma, a UFSC oferta aos servidores cursos de capacitação que abordam as interseccionalidades e introduzem o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim como incentiva à participação nos cursos da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que oferta diversas capacitações para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva. No âmbito da BU/UFSC, tanto a CABU quanto o AI atuam na conscientização para que a acessibilidade seja uma postura individual e atitudinal a ser adotada no cotidiano, da qual não se exige a especialização do indivíduo, mas o interesse por desenvolver habilidades necessárias ao convívio.

### **3.1 Atividades realizadas**

Os serviços prestados pelo AI baseiam-se na legislação nacional e internacional: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída pela Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015); a Lei de Direitos Autorais, consolidada pela Lei nº 9.610/1998 (Brasil, 1998); a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753/2003 (Brasil, 2003), e o Tratado de Marraqueche, regulamentado pelo Decreto nº 10.882/2021 (Brasil, 2021).

As atividades relacionadas ao AI seguem os princípios do Desenho Universal, conceito oriundo da arquitetura, que estabelece sete diretrizes: 1) Igualitário (espaços, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com distintas capacidades); 2) Adaptável (produtos e espaços que atendem pessoas com distintas habilidades e preferências e usos); 3) Óbvio (uso simples e intuitivo, compreensível para pessoas em com qualquer experiência, conhecimento, habilidade de linguagem ou nível de concentração); 4) Conhecido (transmissão de informações de forma a atender as necessidades do receptor, de fácil percepção); 5) Seguro (uso tolerante ao erro, prevendo minimizar riscos e consequências de ações acidentais); 6) Sem esforço (uso eficiente, com conforto e com o mínimo de fadiga); 7) Abrangente (que permita

estabelecer dimensões e espaços apropriados para acesso, alcance, manipulação e uso autônomo do corpo, postura ou mobilidade do usuário (Carletto; Cambiaghi, [2007]).

O AI dispõe de serviços voltados à comunidade acadêmica: a) Orientação aos usuários com deficiência no uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos; b) Orientação quanto ao uso de equipamentos e recursos acessíveis da BU/UFSC – Lupa, lupa eletrônica, audiolivro e DVD em Libras, notebook, teclado adaptado, mouse adaptado, aparelho Mp3, gravador, sistema FM, linha braille, máquina Braille, material cartográfico, entre outros. c) Orientação quanto ao uso de computador e scanner com software acessível disponível na Biblioteca Central; d) Assessoramento em acessibilidade informacional; e) Produção de acervo no formato digital acessível, sendo este o principal serviço realizado no AI.

Acerca do último item, as atividades são orientadas pelo Tutorial de Produção Acervo Digital Acessível (UFSC, 2021), documento que reúne um padrão básico da adaptação bibliográfica elaborada coletivamente por servidores e estagiários do setor no decorrer dos anos. Esse e outros documentos são elaborados e revisados em reuniões de orientação e supervisão em grupo com os estagiários. Atualmente, aguarda atualizações com base nos parâmetros a serem divulgados pela Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA<sup>4</sup>), na qual o AI é atuante.

O AI tem como prioridade atender as demandas advindas das disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação, as quais possuem estudantes com deficiência que utilizam leitor de tela. Esta prioridade se dá por conta de que os materiais das disciplinas são imprescindíveis para a permanência nos cursos da UFSC. Além disso, dada a diversidade dos temas das bibliografias, a diversidade de formação dos estagiários do AI contribui no processo.

A título de conhecimento, cabe apontar que em 2022, o AI contou com dez estagiários das áreas de Biblioteconomia, Ciências Sociais, Filosofia, História, Letras

---

<sup>4</sup> A Rede REBECA é a primeira rede brasileira de colaboração de acervos acadêmicos em formato acessível. Seu objetivo é possibilitar o intercâmbio de informações técnicas relacionadas à adaptação de materiais, bem como a cooperação no acondicionamento e compartilhamento virtual de acervos em formato acessível, ampliando de forma considerável a possibilidade de atendimento das necessidades de informação das pessoas com deficiência.

Disponível em:

<https://biblioteca.ufc.br/pt/biblioteca-acessivel/rede-brasileira-de-estudos-e-conteudos-adaptados-rebeca/> Acesso em: 03 ago. 2023.

Português e Letras Alemão. Durante o ano, foram atendidos seis estudantes com deficiência visual, sendo adaptados 377 materiais totalizando 17.222 páginas adaptadas. Foram revisados 648 materiais de adaptações de anos anteriores, totalizando 23.936 páginas revisadas. Produziu-se entre 2019 e 2022 um total de 1.324 materiais com 54.022 páginas adaptadas. Ademais, ressalta-se que o Relatório de Atividades da BU/UFSC ainda não contabiliza o número de empréstimos de Tecnologias Assistivas realizados em todas as unidades.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as práticas bibliotecárias tenham feito avanços significativos na promoção da acessibilidade informacional, ainda há espaço para críticas e melhorias. Uma grande inquietação se dá pela falta de envolvimento das pessoas com deficiência nos processos de planejamento e tomada de decisão das bibliotecas e dos serviços oferecidos, como, por exemplo, se tratando do desenvolvimento de uma coleção acessível. Diante disso, é relevante mencionar que as práticas do AI recebem a comunidade, seja para direcionar aos serviços institucionais de promoção da inclusão ou ao receber *feedbacks* acerca dos produtos e serviços prestados a esse público.

Portanto, há de se efetivar o despertar da promoção ampla da acessibilidade informacional pelo engajamento profissional/instituição, não devendo ser tratada como mero “assistencialismo” ou como atividade secundária. Outrossim, é preciso sair do lugar-comum dos discursos e dispositivos que tratam da acessibilidade informacional e da inclusão. Nesse sentido, a inclusão é um conjunto de atitudes que promovem a existência e convivência cotidiana e autônoma das pessoas nos diversos ambientes em que a vida social, política e econômica está estabelecida.

A inclusão, a equidade e a diversidade devem ser consideradas em todos os aspectos das práticas bibliotecárias. É importante que as vozes e perspectivas das pessoas com deficiência sejam ouvidas e incorporadas nas políticas e nos serviços das bibliotecas. Isso garante que as soluções sejam desenvolvidas levando em consideração as necessidades reais das pessoas com deficiência.

Em síntese, embora tais práticas no contexto da acessibilidade informacional tenham progredido, ainda existem desafios a serem superados. É preciso um maior

empenho para aumentar a disponibilidade de recursos em formatos acessíveis, investir em treinamento para profissionais das bibliotecas, melhorar a infraestrutura tecnológica e física e envolver ativamente as pessoas com deficiência nos processos de tomada de decisão. A acessibilidade informacional é um direito fundamental, e é preciso um compromisso incessante para garantir que as pessoas possam desfrutar plenamente dos espaços que lhes são de direito.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Suélen; LUCAS, Elaine Rosangela Oliveira; NASCIMENTO, Maria de Jesus. Acessibilidade para usuários da informação com deficiência: um estudo de artigos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172826>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.753.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.882, de 3 de dezembro de 2021**. Regulamenta o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/decreto/d10882.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10882.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 14 jun. 2023.

CARLETTO, A. C.; CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal**: um conceito para todos. Brasil, [2007]. Disponível em: [https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal\\_web-1.pdf](https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Portaria Nº 2471 /2019/GR, de 20 de novembro de 2019**. Florianópolis: Gabinete da Reitoria, 2019. Disponível em: <http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf/4776580cad62c24303256261005f49bd/4a977315c0a2210b032584ba0047d824?OpenDocument>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Regimento Interno da BU/UFSC (Portaria Normativa Nº 85/2016/GR, de 27 de setembro de 2016)**. Florianópolis: Gabinete da Reitoria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/170437/PN%2085%20-%20Regimento%20Biblioteca%20Universit%c3%a1ria.pdf?sequence=8&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Tutorial de Produção Acervo Digital Acessível**. Florianópolis: Divisão de Acessibilidade Informacional, Biblioteca Universitária, 2021. Disponível em: <https://acessibilidade.bu.ufsc.br/documentos-guias/>. Acesso em: 14 jun. 2023.